

A EVASÃO ESCOLAR E AS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFCE – CAMPUS ARACATI: O TRABALHO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

R. F. BRASIL* e R. G. NORTE

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
brasil@ifrn.edu.br*

Artigo submetido em 18/06/2017 e aceito em xxxx/20xx
DOI: 10.15628/rbept.2016.xxxx

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir a evasão e as ações do setor de Psicologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* Aracati, no ano de 2016, com ênfase na assistência estudantil (AE). A metodologia baseia-se no estudo teórico e documental. Este artigo será dividido em dois capítulos: o primeiro abordará a evasão escolar e a assistência estudantil no IFCE, tratando das legislações federais da AE e do regulamento da política de assistência estudantil do IFCE.

Já o segundo, abordará o histórico da legislação federal que norteia a política de assistência estudantil do IFCE e a atuação do profissional de psicologia no IFCE - *campus* de Aracati em prol do combate à evasão. Por fim, conclui-se que houve queda dos índices de evasão dos dois cursos com maior número de matrícula, Técnico em Informática e Bacharelado em Ciências da Computação, indicando que as ações do setor de Psicologia, em parceria com a equipe de AE e com a Direção-geral, foram parcialmente eficazes.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão escolar, Assistência estudantil, Psicologia, IFCE.

THE SCHOOL EVASION AND STUDENT ASSISTANCE ACTIONS IN THE IFCE - CAMPUS ARACATI: THE WORK OF THE SCHOOL PSYCHOLOGIST

ABSTRACT

This article aims to discuss the evasion and actions of the Psychology sector of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE) - *campus* Aracati, in the year 2016, with emphasis on student assistance (AE). The methodology is based on the theoretical and documentary study. This paper will be divided into two chapters: the first will address school dropout and student assistance at the IFCE, dealing with the federal statutes of the EA and the IFCE student assistance policy regulation. The second part will deal with the history of the

federal legislation that governs the IFCE student assistance policy and the psychology professional at the IFCE - *campus* Aracati in order to combat evasion. Finally, it was concluded that the drop-out rates of the two courses with the highest number of enrollments, Computer Technician and Bachelor of Science in Computer Science, showed that the actions of the Psychology sector, in partnership with the AE team and with The Directorate-General, were partially effective.

KEYWORDS: School evasion, Student assistance, Psychology, IFCE.

1. INTRODUÇÃO

A evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) tem crescido, segundo dados do “IFCE em números”, (ifceemnumeros.ifce.edu.br). A expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) amplia a oferta de vagas, mas não garante a permanência do aluno até a conclusão do curso. Isso significa que apenas a expansão da oferta do ensino não pode garantir o aumento da inclusão, uma vez que a evasão, processo de exclusão da escola, também tem crescido.

Com isso, para além da democratização do acesso na educação profissional, busca-se a permanência do aluno com a oferta de um ensino de qualidade. Para tanto, se faz necessária a adoção de políticas educacionais direcionadas para a permanência do aluno, e não apenas para o acesso.

Dessa forma, o IFCE regulamentou sua política de assistência estudantil (AE), em 2015, tendo como base a Constituição Federal de 1988 e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto 7.234/2010). Nesse regulamento, dentre outros serviços, está previsto que o serviço de Psicologia deve apoiar a promoção do processo educativo dos sujeitos que compõem a comunidade escolar da instituição, valorizando a escuta psicológica.

A política de AE, regulamentada pelo IFCE, engloba programas que objetivam a inclusão, a permanência e o êxito acadêmico dos alunos ingressos. Esses programas têm caráter universal e específico e atendem a um público-alvo previsto na descrição de cada programa. Os programas são divididos em: 1) Trabalho, Educação e Cidadania; 2) Saúde; 3) Alimentação e Nutrição; 4) Cultura, Arte, Desporto e Lazer; 5) Auxílios em forma de pecúnia.

As ações do setor de Psicologia do IFCE são baseadas no programa Trabalho, Educação e Cidadania que está vinculado aos seguintes programas sistêmicos: Programa de Incentivo à Participação Político-acadêmica; Programa de Orientação Profissional; Programa de Inclusão Social, Diversidade e Acessibilidade e Programa de Promoção à Saúde Mental.

Parte das ações do setor de Psicologia são planejadas e executadas individualmente, mas a maioria das ações contam com a participação coletiva da equipe multidisciplinar de assistência estudantil do IFCE - *campus* de Aracati. Essa equipe intervém nas questões de ordem psicopedagógicas, socioeconômicas e familiares que afetam no processo de ensino-aprendizagem e na permanência e êxito do aluno na instituição.

O estudo da temática em discussão surgiu após a minha participação na Comissão de Monitoramento dos Indicadores de Acesso, Permanência e Êxito e de Acompanhamento do Plano Estratégico para Incentivo à Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (PORTARIA N° 57/2016-DG/AR/IFCE DE 11 de agosto de 2016).

Pesquisando os indicadores de acesso, permanência e êxito, como membro dessa comissão, surgiram os questionamentos sobre os resultados das ações do setor de Psicologia do IFCE – *campus* de Aracati na vida acadêmica dos alunos desse *campus*. Como isso, nasceu o interesse em pesquisar como as ações de setor de Psicologia do ano de 2016 do IFCE – *campus* de Aracati contribuíram para permanência e êxito dos alunos, reduzindo os índices de evasão escolar.

Para atender a esse objetivo, faz-se necessário: pesquisar as legislações federais referentes à AE, estudar o regulamento da política de assistência estudantil do IFCE e conhecer as atribuições do psicólogo escolar educacional. Para isso, este artigo será dividido em dois capítulos: o primeiro abordará a evasão escolar e a assistência estudantil no IFCE, tratando das legislações federais da AE e do regulamento da política de assistência estudantil do IFCE. Já o segundo, aborda o histórico da legislação federal que norteia a política de assistência estudantil do IFCE e a atuação do profissional de psicologia no IFCE – *campus* de Aracati em prol do combate à evasão.

2. A EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO IFCE

A evasão escolar tem sido um problema social enfrentado pelas instituições de ensino do país. Apesar da existência de leis que garantam o direito à educação, o que se percebe é que há um distanciamento entre as legislações e a prática do que é posto como garantia.

A acelerada expansão dos Institutos Federais ampliou da oferta de vagas, democratizando o acesso à educação profissional e tecnológica. Porém, fica como desafio a permanência e o êxito dos alunos, com a oferta de um ensino de qualidade.

O programa de expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica destaca com uma de suas metas reduzir as taxas de evasão, ocupar as vagas ociosas e aumentar a oferta de vagas. Contudo, essa proposta não está associada ao crescimento proporcional de recursos financeiros e de recursos humanos, ampliação do quadro de técnicos-administrativos em educação e de docentes, para a criação e manutenção dos cursos.

Nessa perspectiva, o que mais preocupa é o caráter quantitativo de expansão dessa política. Segundo dados levantados pela Comissão de Monitoramento da Permanência e Êxito do IFCE (2016), a qualidade de formação acadêmica dos alunos ingressos é prejudicada por fatores como falta de estrutura física em alguns *campi*, por exemplo, laboratório, biblioteca, quadra poliesportiva, restaurante universitário e espaço para descanso destinado aos alunos que estudam nos dois turnos. Somam-se a isso, a falta de

materiais didáticos e equipamentos diversos, o atraso no repasse dos auxílios financeiros aos estudantes, dentre outros fatores institucionais de ordem pedagógica ou administrativa que influenciam direta ou indiretamente no processo de evasão.

Para enfrentar a evasão escolar, é necessária a identificação dos fatores motivadores e o planejamento de ações voltadas para permanência e êxito acadêmico. Gaioso (2015) apresenta, além da questão financeira, uma reflexão sobre a evasão e suas múltiplas causas, dentre elas a falta de orientação vocacional, imaturidade, reprovações sucessivas, falta de perspectiva de trabalho, ingresso no ensino superior por imposição familiar, casamentos e nascimento de filhos não planejados e ausência de laços afetivos na escola.

Confirmando isso, percebe-se que a permanência no ensino de alunos das classes sociais menos favorecidas é dificultada não apenas pela falta de recursos financeiros, como também pelo déficit de capital cultural, fruto da desigualdade cultural advinda desde a educação básica e da ausência de oportunidades em relação ao acesso a conhecimentos diversos. Além disso, muitas vezes, predomina no ensino um método didático ultrapassado.

Diante dessa multicausalidade, a evasão escolar se configura como um fenômeno complexo e se torna, cada vez mais, objeto de discussão no cenário educacional. A Comissão Especial para o Estudo da Evasão (1996) define que as principais causas da evasão são classificadas em três áreas, que contemplam suas respectivas variáveis. A primeira área relaciona-se aos alunos, a segunda às instituições de ensino e, a última, a questões socioculturais e econômicas.

Conforme documento norteador para superação da retenção e evasão escolar, apresentado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), em 2015, a evasão pode ser analisada sob suas perspectivas: saída do estudante da instituição ou do curso. Analisando a evasão sob a ótica do curso, o documento mencionado classifica as variáveis que corroboram com a evasão por curso no IFCE em três categorias: fatores individuais (características individuais dos alunos), fatores internos à instituição (gestão administrativa e didático-pedagógica, infraestrutura e currículo) e fatores externos à instituição (dificuldades sociais e financeiras do estudante em permanecer no curso e questões inerentes à futura profissão).

1.1. Evasão no IFCE - *campus* Aracati

A análise dos dados oficiais sobre a evasão do IFCE - *campus* Aracati indica que, apesar da garantia do acesso à educação profissional, o *campus* Aracati não vem garantindo plenamente a permanência e o êxito dos alunos

matriculados. Para exemplificar esse cenário, o quadro abaixo mostra os índices de evasão de 2016.1 e 2016.2 do curso Técnico em Eventos, que é o curso mais afetado pela evasão. Esse recorte foi feito após a realização de uma pesquisa documental dos dados disponibilizados pela Coordenação de Controle Acadêmico desse *campus*.

Tabela 1: Evasão do curso Técnico em Eventos, nos semestres 2016.1 e 2016.2

Semest re	Vagas ofertadas	Vagas ocupadas	Trancament os	Evadidos	Percentual de evasão
2016.1	30	19	1	13	68,42%
2016.2	30	22	0	12	54,54%
TOTAL	60	41	1	25	61,48%

Além dessa pesquisa, foram coletados os percentuais de evasão dos dois cursos com o maior número de matrículas do *campus* Aracati, nos semestres 2016.1 e 2016.2: o curso Técnico em Informática e Bacharelado em Ciências da Computação. O quadro abaixo nos permite afirmar que as ações da política de assistência estudantil estão cumprindo parcialmente seu papel de reduzir os índices de evasão, assistindo os alunos excluídos.

Tabela 2: Evasão do curso Técnico em Informática, nos semestres 2016.1 e 2016.2

Semest re	Vagas ofertadas	Vagas ocupadas	Trancament os	Evadidos	Percentual de evasão
2016.1	35	34	0	21	61,76%
2016.2	35	35	0	14	40%
TOTAL	70	69	0	35	50,88%

Tabela 3: Evasão do curso Bacharelado em Ciências da Computação, nos semestres 2016.1 e 2016.2

Semest re	Vagas ofertadas	Vagas ocupadas	Trancament os	Evadidos	Percentual de evasão
2016.1	30	36	2	12	33,33%
2016.2	30	37	1	9	24,32%
TOTAL	60	73	3	21	28,82%

Apesar da redução dos índices de evasão apresentados acima, no geral, o IFCE - *campus* Aracati ainda possui elevados índices de evasão, indicando que os programas de assistência estudantil precisam ser ampliados. Dessa forma, entendendo a política de assistência estudantil como um direito social e dever do Estado, o próximo capítulo trata do histórico da legislação federal que norteia a política de assistência estudantil do IFCE e da atuação do profissional de psicologia no IFCE - *campus* de Aracati em prol do combate à evasão.

2. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFCE

A Constituição Federal de 1988 representou um importante marco histórico para as questões referentes à inclusão dos direitos políticos e sociais. A educação, enquanto dever do Estado, também está submetida ao controle constitucional. A referida Constituição enuncia a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, tendo a educação como funções principais inserir o ser humano no contexto do Estado Democrático, qualificá-lo para o mundo do trabalho e propiciar o desenvolvimento integral do indivíduo e da sociedade.

A referida Constituição reconheceu que a universalização do acesso ao ensino é um princípio democrático, devendo o Estado estar a serviço da coletividade e a educação de qualidade ser prioridade nacional, como garantia inalienável do exercício pleno da cidadania. Logo, a educação democrática, pautada no princípio da justiça social e da equidade, é parâmetro basilar para o desenvolvimento de uma política de assistência estudantil (AE).

Tendo ainda como referência os princípios constitucionais de 1988, o Art. 206 é um balizador das políticas de assistência estudantil do Brasil, pois estabelece respectivamente, nos incisos I e IV, condições de acesso e permanência na escola para todos e o ensino público gratuito em estabelecimentos oficiais. Contudo, esses direitos não são plenamente efetivados, ocasionando a evasão de discentes, principalmente, dos que apresentam dificuldades socioeconômicas para continuar os estudos.

Em 2001, foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) em que se observa avanços na assistência estudantil. A Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001 descreve como uma das metas “Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom rendimento acadêmico”. Este fato serviu de base para que, em 2010, surgisse o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (RAMALHO, 2013, p. 29).

Em 2008, foi criado o PNAES e regulamentado pela Portaria Ministerial Nº 39. O PNAES é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e visa promover a permanência e a conclusão do curso com qualidade e no tempo regular para alunos matriculados nas Instituições de Ensino Superior (IFES), em cursos de graduação presencial, que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O PNAES estabelece, em seu Parágrafo único, que as ações da assistência estudantil são as iniciativas desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, saúde, transporte, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Em 2015, o IFCE regulamentou sua política de assistência estudantil, em consonância com o PNAES (Decreto 7.234/2010). A política de assistência estudantil do IFCE é destinada a todos os alunos regularmente matriculados no

site Q-Acadêmico do IFCE e norteia programas, projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento integral e integrado do aluno.

A assistência estudantil do IFCE vem se consolidando como um conjunto de ações que objetivam prevenir a evasão escolar e apoiar a formação acadêmica dos alunos. Em relação ao trabalho do psicólogo escolar educacional, o regulamento da política de AE dá ênfase a uma atuação preventiva, comprometida com a transformação social. Entre as ações previstas para os profissionais de Psicologia estão: acolhimento, acompanhamento, avaliação psicológica, orientação de alunos e da comunidade escolar, visitas domiciliares, dentre outras.

A assistência estudantil busca promover condições igualitárias para a formação acadêmica e profissional. No IFCE - *campus* Aracati, são atendidos alunos de cursos técnicos e técnicos integrados, da graduação e de formação inicial e continuada. Esse público de níveis escolares distintos amplia o universo de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica que precisam da AE para melhorar seu desempenho acadêmico.

A assistência estudantil do IFCE ficou subordinada à Pró-reitoria de Extensão até 2012, desde a passagem de CEFET para IFCE, em 2008. Contudo, a expansão do IFCE e as discussões sobre a assistência estudantil no IFCE apontavam a necessidade de se criar uma Diretoria Sistêmica, ligada à Reitoria, para coordenar as ações dos 23 *campi*. Com isso, em março de 2013, foi criada a Diretoria de Assuntos Estudantis ligada à Reitoria. Esse Diretoria objetiva “planejar, incentivar e apoiar a melhoria do desempenho acadêmico e a educação integral do estudante, reduzindo a evasão e repetência” (REGIMENTO DO IFCE).

No *campus* Aracati, a gestão da AE fica a cargo da Coordenação de AE, que está vinculada à Direção de Ensino. A Coordenação de AE do *campus* Aracati desenvolve e executa a política de assistência estudantil do *campus* através da equipe interdisciplinar composta por uma psicóloga, uma assistente social, duas pedagogas, duas técnicas em assuntos educacionais, dois assistentes de alunos e uma enfermeira.

Em observância à legislação, a Direção-geral do *campus* Aracati, apesar das dificuldades financeiras, está atenta às demandas estudantis, prestando o apoio necessário à equipe de AE para o desenvolvimento dos programas que visam o desenvolvimento integral e integrado do aluno e possibilitam sua permanência e êxito.

Com base no que estabelece a Constituição Federal de 1988, o PNAES (Decreto 7.234/2010) e o regulamento de assistência estudantil do IFCE, no capítulo seguinte serão discutidas as ações do psicólogo escolar educacional do IFCE no ano de 2016, com foco na assistência estudantil, para reduzir os índices de evasão escolar.

2.1. Atuação do profissional de psicologia no IFCE- *campus* de Aracati em prol do combate à evasão - ano 2016

A evasão pode ocasionar sérias repercussões acadêmicas, sociais e econômicas, se tornando problema para os alunos e para a sociedade. Além disso, pode trazer problemas de ordem pedagógica e administrativa para o sistema educacional e perdas financeiras para as instituições de ensino e para o governo, em virtude dos investimentos desperdiçados com materiais e profissionais para vagas que são preenchidas por alunos não concludentes (SANTANA, 1996).

Diante dessa problemática que afeta o IFCE - *campus* de Aracati, neste capítulo serão discutidas as ações do psicólogo escolar educacional do IFCE - *campus* Aracati, no ano de 2016, com foco na assistência estudantil, para reduzir os índices de evasão escolar. As ações desse setor são embasadas na política de AE regulamentada pelo IFCE, no PNAES (Decreto 7.234/2010) e nos referenciais normativos acerca do papel e da atuação do psicólogo na AE.

A equipe de AE do *campus* Aracati é composta por uma psicóloga, uma assistente social, duas pedagogas, duas técnicas em assuntos educacionais, dois assistentes de alunos e uma enfermeira. A equipe trabalha interdisciplinarmente para planejar, executar e avaliar os programas, projetos e ações, que buscam o desenvolvimento integral e integrado do aluno, prevenindo a evasão escolar.

De acordo com o regulamento da assistência estudantil do IFCE, a equipe mínima de cada *campus* deve possuir pedagogo, assistente social, psicólogo, enfermeiro e nutricionista. Por se tratar de um *campus* novo, em Aracati, a equipe está incompleta, faltando o profissional de nutrição. Porém, já está prevista a chegada do nutricionista para meados de 2017.

A ausência do nutricionista prejudica o fornecimento da merenda escolar. Pela falta desse profissional e estrutura física para o preparo dos alimentos, no *campus* Aracati, ofertam-se merendas industrializadas. Conforme consta no regulamento da AE, uma alimentação adequada e saudável, além de promover a formação de hábitos alimentares saudáveis, favorece a permanência do aluno no espaço educacional, auxiliando no combate à evasão escolar e contribuindo com a aprendizagem e o rendimento dos alunos. Apesar de estar incompleta, considero a equipe de AE do *campus* Aracati consolidada e integrada, cumprindo satisfatoriamente suas atribuições institucionais.

O regulamento corrobora com os autores Cavalcanti e Silva (2009) quanto a afirmativa de que uma alimentação saudável contribui para um

melhor desempenho escolar, diminuindo a repetência e a evasão e promovendo a saúde e a formação de bons hábitos alimentares.

De acordo com Schargel e Smink (2002), as causas da evasão escolar podem ser agrupadas em cinco categorias: psicológicas, sociológicas, organizacionais, interacionais e econômicas. As causas psicológicas resultam da imaturidade, rebeldia, desinteresse dentre outras. Assim, em prol da redução dos índices de evasão no IFCE - *campus* Aracati, o setor de Psicologia executa ações que são agrupadas em individuais e coletivas. Fazem parte das ações individuais:

1) **Atendimento psicológico** mediante demanda espontânea ou encaminhamento, tendo como principal objetivo prestar o serviço de escuta e acompanhamento psicológico voltados para o crescimento acadêmico e profissional do aluno.

2) **Orientação profissional individual** para os alunos do ensino médio mediante demanda espontânea, visando contribuir para a formação do discente enquanto sujeito crítico e capaz de avaliar as alternativas profissionais que se colocam ao seu alcance a partir da consciência das próprias potencialidades, da realidade social e do mercado de trabalho.

A orientação profissional é importante para auxiliar o aluno a amadurecer sua escolha profissional e fazê-la com segurança, evitando a evasão. A dificuldade de identificação e comprometimento com o curso e de colocação profissional são fatores que contribuem para a evasão escolar.

Para Krawulski (1991), esse processo de escolha profissional é marcado por ansiedade e medos, contudo a orientação profissional tem como proposta auxiliar os alunos a lidarem melhor com esses sentimentos, promovendo o autoconhecimento e a reflexão acerca da escolha profissional. Além disso, o autor considera que o serviço de orientação profissional deve prestar informações sobre cursos, mercado de trabalho, e outras oportunidades.

De acordo com Ritook (1996), o processo de democratização do ensino exige que, na escola, ao invés do foco na saúde mental, as ações estejam voltadas para os processos de orientação individual e em grupo, para o aconselhamento e planejamento de carreira dos alunos e para o aprimoramento das estratégias de *coping* para lidar com questões vocacionais. A autora também elege como tendências atuais o treinamento de professores e os modelos de intervenção baseados em aconselhamento de pares.

No *campus* de Aracati, a assistência estudantil, em observância ao regulamento da AE, prever o Programa de Promoção à Saúde Mental, além do Programa de Incentivo à Participação Político-acadêmica, do Programa de

Orientação Profissional e do Programa de Inclusão Social, Diversidade e Acessibilidade. Esses programas, vinculados a área temática Trabalho, Educação e Cidadania, orientam as ações da equipe de AE.

Em discordância com Ritook (1996), no *campus* Aracati, percebe-se a importância da promoção à saúde mental, sendo essa uma das principais atribuições do psicólogo, mesmo estando esse inserido em um contexto educacional. De acordo com o regulamento de assistência estudantil do IFCE, o Programa de Promoção à Saúde Mental tem como principal objetivo acolher o sofrimento psíquico do aluno e realizar acompanhamento psicológico.

É válido destacar que o serviço de psicoterapia não é ofertado pelo psicólogo do *campus* Aracati, uma vez que tanto o regulamento da AE (onde esse profissional está lotado), quanto os referenciais normativos de atuação consideram a psicoterapia uma ação de natureza clínica, e não escolar. Contudo, é dever do psicólogo da equipe de AE acolher, identificar e encaminhar para a rede pública municipal (a exemplo do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS) as demandas de psicoterapia.

No *campus* Aracati, a demanda para psicoterapia é baixa. Porém, em virtude da queixa de alguns alunos em conseguir atendimento psicológico e psiquiátrico, foi feita parceria com o CAPS. Assim, os alunos do IFCE - *campus* Aracati, com diagnóstico de transtornos mentais graves, são encaminhados diretamente para o CAPS, dispensando o longo tempo de espera na atenção básica da rede de saúde municipal. (Programa de Saúde da Família - PSF).

Ao contrário das ações individuais do setor de Psicologia apresentadas acima, as ações coletivas são planejadas e executadas com a equipe de AE do *campus* Aracati.

No que se refere às ações coletivas do setor de Psicologia, no *campus* Aracati, os programas, projetos e ações são desenvolvidos em parceria com a equipe multidisciplinar de AE e com a gestão do *campus*. O objetivo principal da equipe é contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes de vulnerabilidade socioeconômica, dificuldades de aprendizagem e problemas de saúde física e psicológica.

Nessa perspectiva, o grande desafio da equipe de AE do *campus* Aracati é contribuir com a formação do aluno para o exercício da cidadania e propiciar condições de ultrapassar a condição de pobreza, por meio de uma rede de apoio profissional. A equipe atua na tentativa de desconstruir a concepção assistencialista dos auxílios financeiros, e garantir a inserção dos alunos nos programas sociais vinculados a AE.

Para isso, foi necessário a construção de uma metodologia de trabalho que garantisse: acompanhamento social, pedagógico e psicológico a todos os alunos, intermediando a tomada de decisões na prevenção da reprovação, retenção e evasão escolar. Desse modo, o psicólogo acompanha o aluno interdisciplinarmente na sua trajetória acadêmica, com base nas queixas de rendimento, dificuldades de aprendizagem, mediação de conflitos, sofrimento pessoal e/ou transtornos mentais.

A composição profissional retrata o perfil institucional e aponta as concepções acerca do trabalho do psicólogo no IFCE. Além disso, o método como os psicólogos trabalham e se articulam com os demais servidores constroem suas identidades profissionais, bem como organizam e estruturam práticas e posicionamentos.

Inserido no contexto da equipe interdisciplinar de assistência estudantil do IFCE, o psicólogo desenvolve seu trabalho, discutindo percepções e dilemas profissionais e institucionais e constrói coletivamente estratégias de enfrentamento para as demandas que surgem.

A psicóloga do IFCE - *campus* de Aracati participa, juntamente com a equipe, da elaboração, desenvolvimento e execução de palestras, oficinas, grupos e outras ações voltadas ao atendimento das demandas estudantis. As reuniões com essa equipe são quinzenais, para planejamento e avaliação dos programas, projetos e ações desenvolvidas, discussão de casos e de artigos, reflexão de práticas e levantamento e organização de demandas.

No *campus* Aracati, além das reuniões quinzenais, são realizadas reuniões extraordinárias de acordo com o surgimento de demandas institucionais. Essas reuniões são importantes para o desenvolvimento do trabalho em equipe, pois constituem espaços concretos e democráticos de diálogo, interação e cooperação entre os profissionais.

Conforme diz Bosio (2009), para o funcionamento efetivo em equipe, baseado em profunda colaboração interprofissional, a deliberada vontade e orientação de seus integrantes é necessária, mas não suficiente. É fundamental a instauração de ambiente democrático e de estruturas e mecanismos institucionais que garantam o surgimento, o desenvolvimento e a manutenção de espaços intraequipes que permitam o florescimento de práticas fundadas na cooperação entre saberes e ações.

Por esse ângulo, o profissional de Psicologia, do *campus* Aracati, trabalha reconhecendo a necessidade de dialogar com outras áreas do conhecimento, tanto na prática profissional quanto na produção de novos saberes, para conseguir dar conta da complexidade do ser humano. Dessa maneira, forma-se um “profissional preocupado com a busca de interlocutores

que possibilitem uma visão mais ampla e completa do seu objeto de estudo, assim como o seu papel profissional na sociedade” (CONTINI, 2000, p.48).

Mais uma vez, segundo Bosio (2009), a interdisciplinaridade consiste na formação de canais de troca entre as áreas de conhecimento em torno de uma tarefa a ser executada conjuntamente. O trabalho interdisciplinar não se refere apenas a complementaridade entre as áreas, mas no envolvimento conjunto dos profissionais nas mesmas ações. Para uma compreensão mais ampla da educação, da assistência estudantil, da evasão escolar e do aluno, o trabalho interdisciplinar favorece espaços de trocas de saberes e de criação coletiva de novas ações.

Dentre outras ações, seguem as desenvolvidas coletivamente, em 2016, sob responsabilidade do profissional de Psicologia, a partir dos diálogos e das interações com os profissionais da equipe interdisciplinar de AE do *campus* Aracati.

AÇÃO	OBJETIVO	RESULTADO
Vídeo-debate em alusão ao Dia Internacional da Mulher (Filme: As Sufragistas).	-Debater sobre a atuação política das mulheres e sobre a desigualdade de gênero; - Incentivar a participação das mulheres nos espaços de poder.	- Alunos mais críticos e mais envolvidos com os debates em torno das temáticas de gênero e feminismo.
Palestra fazendo referência ao Dia Nacional de Combate ao <i>Bullying</i> e à Violência na Escola.	- Intervir no enfrentamento e na prevenção do <i>bullying</i> e do <i>ciberbullying</i> .	- Alunos mais conscientes e ativos no exercício da cidadania.
Intervenção educativa no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.	- Sensibilizar a comunidade acadêmica a respeito das necessidades e limitações enfrentadas pelas pessoas com deficiência.	- Alunos atentos às necessidades específicas e limitações das pessoas com deficiência.
Roda de conversa sobre sexualidade.	- Discutir e refletir sobre a sexualidade; - Diminuir a lgbtfobia.	- Alunos mais tolerante quanto à diferença de gênero;
Campanha sobre o combate ao suicídio.	- Prevenir o suicídio; - Prestar informações, retirar dúvidas e promover explicações sobre o tema.	- Alunos falando mais dos episódios de ideação suicida e das tentativas de suicídio já realizadas.
Vídeo-debate em alusão ao Dia Mundial da Saúde Mental (Filme: Nise – O coração da loucura).	- Promover a saúde mental dos alunos.	- Alunos informados sobre os serviços da rede pública de saúde mental; - Melhoria da saúde mental dos alunos.

Conforme se observa, a equipe multidisciplinar de AE do IFCE - *campus* Aracati, da qual faço parte como Psicóloga, intervém nas questões de ordem psicopedagógicas, socioeconômicas e familiares que afetam no processo de ensino-aprendizagem e na permanência do aluno na instituição.

As ações do setor de Psicologia, sejam individuais ou coletivas, são extremamente importantes, pois facilitam a prévia identificação de inúmeros fatores externos e internos motivadores (social, cultural, econômico, pedagógico e psicológico) que podem ocasionar evasão escolar, além de fornecer elementos para o diagnóstico do desempenho escolar dos alunos e para realizar o planejamento institucional, juntamente com a equipe de AE.

As ações acima mencionadas encontram-se definidas no Plano Anual de Ações (PAA) do *campus* Aracati. O PAA é um planejamento institucional que proporciona o servidor refletir sua prática em prol do bom funcionamento e desenvolvimento do IFCE na sua missão de formar cidadãos qualificados e conscientes de seus direitos e deveres para com a sociedade.

No *campus* Aracati, os resultados das ações propostas são acompanhados pela gestão, no intuito de identificar as falhas e propor medidas corretivas para garantir os resultados esperados.

3. CONCLUSÃO

Após o desenvolvimento das ações de 2016 pela Psicóloga em parceria com a equipe de AE e com a Direção-geral do *campus* Aracati, foi feita uma avaliação das ações executadas no ano de 2016 e um comparativo com os índices de evasão dos dois cursos com maior número de matrícula: Técnico em Informática e Bacharelado em Ciências da Computação.

Observou-se que, nesses cursos, houve queda dos índices de evasão, indicando que as ações da assistência estudantil foram parcialmente eficazes. Porém, apesar de as ações do setor de Psicologia em conjunto com a equipe de assistência estudantil serem dignos de nota, os índices de evasão, no *campus* Aracati, continuam elevados, apontando a necessidade de ampliação de programas, projetos e ações para o combate à evasão.

4. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. **Cad. Psicopedag.** v. 6 n. 11, São Paulo, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

_____. **Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CONTINI, M. L. J. Discutindo o Conceito de Promoção de Saúde no Trabalho do Psicólogo que Atua na Educação. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 20. n. 2. pp. 46-59. jul. 2000.

CAVALCANTI, A.F.; SILVA, C.G.M.; SILVA, M.Z.T. **Merenda escolar: uma questão de saúde e cidadania**. Disponível em <<http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/R0077-1.pdf>>. Acesso em 5 jun 2017.

FILHO, Roberto Leal Lobo e Silva; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. **Como a mudança na metodologia do INEP altera o cálculo da evasão**. 2012. p. 1-11 Disponível em: <http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_079.pdf>. Acesso em 20 de set. 2015.

IFCE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **IFCE em números**. Disponível em < <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>>. Acesso em 24 maio 2016.

IFCE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **PORTARIA Nº 57/2016-DG/AR/IFCE DE 11 de agosto de 2016**. Disponível em <<http://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/boletim-de-servicos/1/reitoria/2016/agosto.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2017.

KRAWULSKI, Edite. **Evolução do conceito de trabalho através da história e sua percepção pelos trabalhadores de hoje**. Florianópolis, 124 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

RAMALHO, Ludmila E. G. **Abordagem Avaliativa da Política de Assistência Estudantil em uma Instituição de Ensino Profissional**, 2013. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/02/dissertacao-2011-ludmila-eleonora-gomes-ramalho.pdf> . Acesso em 01 jun. 2017.

RITOOK, M. (1996). Student counseling in Hungary in the mid-nineties. **International Journal for the Advancement of Counseling**, 19, 29- 40.

SANTANA, L. **Usos e funções da leitura e da escrita para analfabetos e recém-alfabetizados**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 1996.

SCHARGEL, F. P; SMINK, J. **Estratégias para Auxiliar o Problema de Evasão Escolar**. Rio de Janeiro: Dunya, 2002.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <<http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2015.